

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.529	6.206
Disponibilidade da rede elétrica	6	4.838	4.492
Imposto de renda e Contribuição social a compensar		255	113
Outros tributos compensáveis		-	155
Ativo contratual	8	34.565	34.196
Outros créditos		1.503	858
Total do Ativo Circulante		45.690	46.020
Não circulante			
Depósitos vinculados	11	4.557	4.251
Ativo contratual	8	282.797	287.613
Imobilizado		142	-
Total do Ativo Não circulante		287.496	291.864
TOTAL DO ATIVO		333.186	337.884
		31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores		2.599	2.008
Imposto de renda e Contribuição social a recolher		408	417
Outros tributos a recolher		223	259
Dividendos	9	-	16.764
Empréstimos e financiamentos	10	3.870	3.820
Provisões	11	2.676	2.676
Outras contas a pagar		285	169
Total do Passivo Circulante		10.061	26.113
Não circulante			
PIS e COFINS diferidos	7	11.584	11.746
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	7	9.775	9.912
Provisões	11	220	495
Outras contas a pagar		806	806
Empréstimos e financiamentos	10	113.853	117.420
Total do Passivo Não circulante		136.238	140.379
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	12	72.625	72.625
Reservas de lucros	12	114.262	98.767
Total do Patrimônio líquido		186.887	171.392
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		333.186	337.884

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita operacional líquida	13	50.991	89.448
Custo de operação	14	(3.423)	(3.097)
Lucro bruto		<u>47.568</u>	<u>86.351</u>
Despesas e receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	15	(1.240)	(1.882)
Outras despesas e receitas operacionais	15	(13.907)	(48)
Total de despesas e receitas operacionais		<u>(15.147)</u>	<u>(1.930)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		<u>32.421</u>	<u>66.831</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	16	1.225	4.413
Despesas financeiras	16	(8.923)	(14.374)
Total de resultado financeiro		<u>(7.698)</u>	<u>(9.961)</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		<u>24.723</u>	<u>74.460</u>
Tributos sobre o lucro			
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(1.728)	(1.574)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		137	770
Total de tributos sobre o lucro		<u>(1.591)</u>	<u>(3.875)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>23.132</u>	<u>70.585</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	23.132	70.585
Resultado abrangente do exercício	<u><u>23.132</u></u>	<u><u>70.585</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro
 (em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de retenção lucros	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	72.625	51.932	3.333	-	-	127.890
Lucro do exercício	-	-	-	-	70.585	70.585
Constituição de reserva legal	-	-	3.529	-	(3.529)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(16.764)	(16.764)
Reserva de lucros	-	-	-	50.292	(50.292)	-
Transferência entre as reservas	-	(41.612)	-	41.612	-	-
Dividendos distribuídos	-	(10.320)	-	-	-	(10.320)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	72.625	-	6.862	91.904	-	171.391
Lucro do exercício	-	-	-	-	23.132	23.132
Constituição de reserva legal	-	-	1.157	-	(1.157)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(5.494)	(5.494)
Reserva de lucros	-	-	-	16.481	(16.481)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(2.142)	-	(2.142)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	72.625	-	8.019	106.243	-	186.887

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Fluxo de Caixa (em milhares de Reais)

		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		24.723	74.460
PIS e COFINS diferidos	7.1	(162)	1.899
Remuneração dos ativos de concessão	8	(29.495)	(33.618)
Provisão de juros sobre empréstimos, debêntures e notas promissórias	10	8.171	12.144
Provisões	11	(274)	72
		<u>2.963</u>	<u>54.957</u>
Varição em:			
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Disponibilidade da rede elétrica	6	(346)	(542)
Impostos a recuperar		13	(8)
Ativo contratual	8	33.942	(15.807)
Depósitos vinculados	11	(306)	(467)
Outros ativos		(645)	(25)
		<u>32.658</u>	<u>(16.849)</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		589	(3.019)
Imposto de renda e contribuição social a recolher		(178)	(1.815)
Outros tributos a recolher		(36)	56
Salários e encargos		-	(157)
Outros passivos		117	(432)
		<u>492</u>	<u>(5.367)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
		<u>36.113</u>	<u>32.741</u>
Juros pagos	10	(8.256)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.560)	284
Fluxo de caixa líquido proveniente (aplicado nas) das atividades operacionais			
		<u>26.297</u>	<u>33.025</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao imobilizado		(142)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			
		<u>(142)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos		(24.400)	(21.700)
Empréstimos e financiamentos - Amortização de principal	9 10	(3.432)	(19.351)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos			
		<u>(27.832)</u>	<u>(41.051)</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(1.677)</u>	<u>(8.026)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	17	6.206	14.232
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		4.529	6.206
		<u>(1.677)</u>	<u>(8.026)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Horizon Transmissão MA II S.A. (Companhia) é de uma sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da HRZ Transmissão e Participações S.A. (HRZ), com sede no município de São Paulo - SP. A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

Em 06 de agosto de 2020, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS emitiu o termo de liberação das instalações da Companhia referente ao início de sua operação comercial em todos os trechos, válida desde 04 de janeiro de 2020 no primeiro trecho. A sua entrada em operação foi antecipada em 12 meses frente ao calendário da ANEEL.

1.1 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2023 foi positivo em R\$36.666 (R\$19.907 positivo em 31 de dezembro de 2022).

2 Concessão

Em 24 de abril de 2017 a EDP - Energias do Brasil (antiga controladora da Companhia) arrematou o lote 11 do Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/16, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O lote é composto por uma linha de transmissão de 203 km e uma subestação localizado no Estado do Maranhão.

A EDP - Energias do Brasil (antiga controladora da Companhia) definiu que a Companhia seria a Sociedade de Propósito Específico - SPE detentora da concessão e, em 11 de agosto de 2017, a Companhia assinou junto à União o Contrato de Concessão nº 32/17 com as seguintes características:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação
203 km	Serviço Público	Concessão	MA	2 LT 230 kV; SE 230/69 kV	11/08/2017	11/08/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

2.1 Receita anual permitida - RAP

O Contrato de Concessão estabelece que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP original, conforme Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/16, de R\$30.200 anualmente, a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, sendo a próxima prevista para 2028, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventual ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica, além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.

Conforme a Resolução Homologatória - REH nº 3.216 (Reajuste Tarifário Anual), foi estabelecida a RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, com impacto total na RAP da Companhia de 3,94%, fazendo com que a RAP passasse a totalizar R\$42.464. Entretanto, conforme Nota Técnica nº 039/2023-STR/ANEEL, os resultados da revisão da RAP para o ciclo 2023-2024, conforme estabelecido por meio da REH nº 3.205, de 13 de junho de 2023, deveriam ter constado no resultado do reajuste homologado pela Resolução Homologatória nº 3.216, de 4 de julho de 2023. Dessa forma, os efeitos financeiros decorrentes desse ajuste serão processados por meio de PA de Apuração a ser calculada no ciclo 2024-2025.

2.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis na data base de 31 de agosto de 2020 a 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards - IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras abril de 2024.

3.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

3.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção de determinados ativos e passivos financeiros, que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 18.1.1.2.

3.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável (Nota 3.6); Realização dos tributos diferidos (Nota 7); Contabilização dos Contratos do Ativos da Contratual, reconhecimento do Ativo da Contratual, taxa de desconto e margem da construção (Nota 8); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 18.1).

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativos financeiros e contratuais

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativos não financeiros

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

3.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

a) Adoção de novas normas e interpretações

As alterações e revisões de normas emitidas pelo IASB com efeito a partir de 1º janeiro de 2023 não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras, das quais destacam-se as seguintes normas:

- CPC 50 – Contratos de seguros
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

b) Novas normas e interpretações ainda não vigentes

A partir de 1º de janeiro de 2024, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos. A Companhia não realizou a adoção antecipada destes pronunciamentos, e não espera impactos significativos quando da adoção destas normas.

- CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas
- CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
- CPC 06 (R2) – Arrendamentos
- CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4 Eventos significativos no exercício

4.1 Reajustes tarifário

Em 04 de julho de 2023, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 3.216, estabelecendo as Receitas Anuais Permitidas - RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, atualizado monetariamente com base no IPCA, cujo impacto foi de 3,94% de reajuste para a Companhia, conforme mencionado na nota 2.1. Entretanto, conforme Nota Técnica nº 039/2023-STR/ANEEL, os resultados da revisão da RAP para o ciclo 2023-2024, conforme estabelecido por meio da REH nº 3.205, de 13 de junho de 2023, deveriam ter constado no resultado do reajuste homologado pela Resolução Homologatória nº 3.216, de 4 de julho de 2023. Dessa forma, os efeitos financeiros decorrentes desse ajuste serão processados por meio de PA de Apuração a ser calculada no ciclo 2024-2025.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Bancos conta movimento	4.529	302
Aplicações financeiras	-	5.904
	<u>4.529</u>	<u>6.206</u>
Total	<u>4.529</u>	<u>6.206</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, são referentes aos saldos das contas de livre movimentação

Essas aplicações financeiras, quando ocorrem, referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, remunerados a taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, em 2023 e de 99% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI em 2022.

Os ganhos ou perdas decorrentes de variações desses ativos são apresentados na demonstração do resultado em resultado financeiro no exercício em que ocorrem (Nota explicativa nº16).

6 Disponibilidade da rede elétrica

O saldo de Disponibilidade da rede elétrica em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 4.838 (R\$ 4.492 em 31 de dezembro de 2022), em sua totalidade, refere-se ao faturamento de RAP. A RAP remunera o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Os valores vencidos em aberto em 2023 não são relevantes para constituição de PECLD.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Concessionárias	4.838	4.492
Total	<u>4.838</u>	<u>4.492</u>

6.1 Movimentação da disponibilidade da rede elétrica

	<u>31/12/2022</u>	<u>Títulos emitidos</u>	<u>Recebimentos</u>	<u>31/12/2023</u>
Concessionárias	4.492	43.617	(43.272)	4.838
Total	<u>4.492</u>	<u>43.617</u>	<u>(43.272)</u>	<u>4.838</u>

6.2 Vencimentos

A vencer em 30 dias	3.711
Vencidos até 30 dias	764
Vencidos de 31 a 179 dias	354
Vencidos há mais de 180 dias	<u>8</u>
Total	4.838

7 Tributos diferidos

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS	7.1	11.584	11.746
Imposto de renda e contribuição social	7.2	9.775	9.912
		<u>21.359</u>	<u>21.658</u>

7.1 PIS e COFINS

Refere-se ao PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita com alíquota de 3,25% (Lucro Presumido, regime cumulativo).

O saldo de PIS e da COFINS diferido está relacionado às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão, em contrapartida ao ativo contratual, registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida que ocorrem os faturamentos mensais, conforme previsto na Lei nº 12.973/14.

	31/12/2023		31/12/2022	
	PIS	COFINS	PIS	COFINS
Natureza dos créditos				
Ativo contratual	317.362	317.362	321.809	321.809
Impostos diferidos (PIS 0,65%% E COFINS 3%)	2.063	9.521	2.092	9.654

7.2 Imposto de renda e Contribuição social

São registrados sobre a receita bruta considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ Diferido	CSLL Diferido	IRPJ Diferido	CSLL Diferido
Natureza dos créditos				
Ativo contratual	317.362	317.362	321.809	321.809
Base de presunção (IRPJ 8% E CSLL 12%)	25.389	38.083	25.745	38.617
Impostos diferidos	6.347	3.428	6.436	3.476

(*) Atualização do valor em decorrência da atualização do valor do ativo contratual.

O montante de R\$ 137 foi registrado no resultado de 31 de dezembro de 2023 como reversão de despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos.

8 Ativo contratual

De acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) e ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) – Contratos de Concessão, os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente.

A Companhia é remunerada por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuários da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo contratual constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão.

O modelo estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, a Companhia reconhece receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de “ativo de contrato” até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque a Companhia ainda detém obrigações contratuais de

desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Companhia apresentadas na Nota Explicativa 13 - Receita.

De acordo com CPC 47, a avaliação de redução ao valor recuperável de ativos contratuais deve seguir os requisitos do CPC 48 - Instrumentos financeiros, onde é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na nota 18.2.5.

Em 2023, a movimentação do exercício contempla os efeitos da revisão tarifária da RAP para o ciclo 2023-2024. Conforme mencionado nas notas explicativas 2.1 e 4.1, os resultados da revisão da RAP para o ciclo 2023-2024, conforme estabelecido por meio da REH nº 3.205, de 13 de junho de 2023, deveriam ter constado no resultado do reajuste homologado pela Resolução Homologatória nº 3.216, de 4 de julho de 2023. Dessa forma, os efeitos financeiros decorrentes desse ajuste serão processados por meio de PA de Apuração a ser calculada no ciclo 2024-2025. A movimentação no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2022	Remuneração	Efeito de revisão tarifária	RAP	Valor líquido em 31/12/2023
Ativo de contrato	321.809	43.320	(13.825)	(33.942)	317.362
	<u>321.809</u>	<u>43.320</u>	<u>(13.825)</u>	<u>(33.942)</u>	<u>317.362</u>
Circulante	34.196				34.565
Não circulante	287.613				282.797
	<u>321.809</u>				<u>317.362</u>

9 Dividendos

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Em 31 de dezembro de 2023 foi apurado o montante de R\$5.494, referente aos dividendos mínimos obrigatórios, calculados em 25% sobre o lucro auferido do exercício de 2023 (R\$ 16.764 em 31 de dezembro de 2022).

O valor de dividendos mínimos, juntamente com o montante de reservas de lucros a realizar tem expectativa de serem pagos, de acordo com disponibilidade de caixa da Companhia.

10 Empréstimos e financiamentos

Em 28 de junho de 2021, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$ 124.521. A liberação do empréstimo em questão teve início ao longo do exercício de 2021, já tendo ocorrido a liberação total do valor contratado em 31 de dezembro de 2021.

O objetivo desta captação foi para implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 11 do leilão 05/2016 - ANEEL.

Sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 2,2809% a.a., com exigibilidade mensal a partir de fevereiro de 2022 e juros trimestrais durante carência e mensal a partir de fevereiro de 2022.

Garantias

O valor total referente às garantias mencionadas acima é de R\$ 118.082 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 121.639 em 31 de dezembro de 2022).

Covenants

O empréstimo em questão não está sujeito a cláusulas de covenants financeiros. Além disso, é importante ressaltar que todas as exigências e cláusulas não financeiras restritivas estipuladas no contrato estão sendo rigorosamente cumpridas pela Companhia até o momento atual.

Os empréstimos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os saldos e as principais características estão descritos nas tabelas abaixo.

Instituição / Credor	Spread % a.a.	Sistemática de amortização	Finalidade	Adimplente?	Data Captação/ Repactuação	Garantia	Indexador	Frequência de pagamento de juros/ amortização	Vencimento final
Banco do Nordeste do Brasil	IPCA + 2,2809% a.a. IPCA + 2,7877% a.a.	SAC	Implementação projeto de linha de transmissão	Sim	05/06/2020	Fiança Bancária	IPCA	Mensal - À partir de fev/2023	jan/29

O valor total é de R\$ 118.082 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 121.639 em 31 de dezembro de 2022).

10.1 Composição do saldo de empréstimos e financiamentos

	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNB	3.912	114.170	118.082	3.820	117.819	121.639
(-) Custos de emissão	(42)	(317)	(359)	-	(399)	(399)
Total	3.870	113.853	117.723	3.820	117.420	121.240

10.2 Movimentação dos empréstimos e Financiamentos

	Valor líquido em 31/12/2022	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Amortização do custo da transação	Varição monetária	Valor líquido em 31/12/2023
Principal	121.639	(3.432)	(8.256)	8.131	-	-	118.082
Custo de transação	(399)	-	-	-	40	-	(359)
Total	121.240	(3.432)	(8.256)	8.131	40	-	117.723

	Valor líquido em 31/12/2021	Pagamentos	Juros provisionados	Amortização do custo da transação	Varição monetária	Valor líquido em 31/12/2022
Principal	128.888	(19.393)	13.482	-	(1.338)	121.639
Custo de transação	(441)	-	-	42	-	(399)
Total	128.447	(19.393)	13.482	42	(1.338)	121.240

10.3 Vencimento das parcelas

2024	3.912
Circulante	3.912
2025	3.810
2026 até o vencimento	110.360
Não circulante	114.170
Total	118.082

11 Provisões e Depósitos vinculados

	Depósitos vinculados		Provisões			
	Ativo		Passivo			
	Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos judiciais cíveis	108	349	-	-	-	-
Depósitos Caução	4.449	3.902	-	-	-	-
Provisões cíveis	-	-	-	-	220	495
Licenças ambientais	-	-	2.676	2.676	-	-
	4.557	4.251	2.676	2.676	220	495

11.1 Provisões com risco de perda provável e depósitos vinculados

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Depósitos judiciais			Provisões		
	Não circulante			Não circulante		
	31/12/2022	Reversão/ Adição	31/12/2023	31/12/2022	Reversão/Adição	31/12/2023
Provisões cíveis	349	(241)	108	495	(275)	220
	<u>349</u>	<u>(241)</u>	<u>108</u>	<u>495</u>	<u>(275)</u>	<u>220</u>

Provisões cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

As obrigações são mensuradas pelo desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para a construção da linha de transmissão. A provisão referente a esses processos foi registrada para fazer frente à probabilidade de perda provável, e será baixada contra os depósitos judiciais já efetuados, no momento em que os desfechos desfavoráveis forem confirmados.

11.2 Risco de perda possível

Não existem processos de natureza trabalhista e cível, cuja perda foi estimada como possível, com base nas informações de seus assessores jurídicos.

11.3 Depósitos Caução

Montante refere-se aos depósitos caucionados em garantia da dívida que a Companhia possui junto ao Banco do Nordeste do Brasil, vide nota explicativa nº 10

11.4 Licenças ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação.

Em 05 de dezembro de 2019, foi emitida pela SEMA a Licença de Operação - LO nº 1149810/2019, válida por 4 anos a contar da data da assinatura, sendo a Companhia responsável por requerer sua renovação no prazo de 120 dias antes de sua expiração. A renovação foi protocolada em 01 de agosto de 2023, dentro do prazo dos 120 dias. A solicitação de renovação está em análise pelo órgão ambiental e a licença anterior é válida até a manifestação do respectivo órgão ambiental.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências

governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia, e foram alocados para o Passivo Circulante em função do prazo de expiração das licenças, que aguarda a resposta da renovação pelo órgão ambiental.

12 Patrimônio líquido

12.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 é de R\$72.625 (R\$72.625 em 31 de dezembro de 2022) totalmente subscrito integralizado, representado por R\$ 47.456 (47.456 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pela HRZ Transmissão e Participações S.A

As ações ordinárias são classificadas como capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

12.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e
- (iii) O saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro por ações		
Lucro líquido apurado no exercício	23.132	70.585
Nº de ações	47.457	47.457
Lucro por ações	0,49	1,49
Destinação do lucro		
Reserva legal – 5%	1.157	3.529
Dividendos mínimos	5.494	16.764
Reservas de lucros a realizar	14.339	50.292
Distribuição de dividendos complementares	2.142	-
	<u>23.132</u>	<u>70.585</u>

12.3 Reservas de lucros

31/12/2023

31/12/2022

Reservas de lucros		
Legal	8.019	6.862
Reserva de lucros a realizar	106.243	91.904
	<u>114.262</u>	<u>98.766</u>

Reserva de lucros a realizar

A alocação nessa reserva ocorre para refletir o fato de que a realização financeira do lucro destas operações ocorrerá em exercícios futuros, de acordo com o fluxo de caixa da Companhia. A distribuição de dividendos complementares é advinda das reservas de lucro, que são enviados aos acionistas de acordo com o caixa disponível da Companhia.

13 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas da Companhia representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

• Receita de Operação e Manutenção (O&M)

A receita de operação e manutenção se refere à diferença entre a RAP permitida e a RAP realmente faturada, em função das parcelas de ajuste e parcelas variáveis descontadas mensalmente da RAP permitida.

A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data que a Companhia está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão e a expectativa de performance de O&M.

A margem da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2023 é de 35,80% (R\$ 5.913 de Receita de O&M e R\$ 3.175 de Custo de O&M realizados).

• Remuneração dos Ativos da concessão

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração do ativo contratual é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo do ativo contratual.

O ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento.

A taxa de remuneração do ativo contratual da Companhia representa 13,50% a.a. para todo o período de concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento da Companhia, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Remuneração do ativo contratual	43.320	32.640
Receita de Operação e Manutenção (O&M)	5.913	13.478
Parcela de ajuste	291	44.913
Receita CDE (i)	2.048	1.335
Receita CCT (ii)	1.423	978
Receita operacional bruta	<u>52.995</u>	<u>93.344</u>
PIS e COFINS	(1.424)	(3.356)
P&D	(424)	(363)
Outros encargos	(156)	(177)
(-) Deduções à receita operacional	<u>(2.004)</u>	<u>(3.896)</u>
Receita operacional líquida	<u>50.991</u>	<u>89.448</u>

- (i) Refere-se a receita oriunda da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, onde os recursos são destinados a projetos de melhoria na infraestrutura de transmissão, de acordo com a regulamentação da ANEEL.
- (ii) Refere-se a receita oriunda do Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão – CTT com a EDP Equatorial Maranhão, a qual não está contemplada na RAP recebida.

14 Custo da Operação

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Material	(5)	36
Serviços de terceiros	(3.175)	(2.901)
Outras	(243)	(218)
Arrendamentos e aluguéis	-	(14)
Total	<u>(3.423)</u>	<u>(3.097)</u>

14.1 Remuneração dos administradores

A Companhia não possui pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A remuneração da Administração da Companhia é paga HRZ Transmissão e Participações e pela HRZ Transmissão Maranhão I, que são repassadas para cada uma das SPEs através de compartilhamento de custos.

Não há nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. Também não são oferecidos outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

15 Despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais

As despesas e receitas operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento das despesas e receitas operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pessoal, administradores e previdência privada	(225)	(360)
Serviços de terceiros	(715)	(1.941)
Arrendamentos e aluguéis	(4)	(44)
Outras	(296)	463
Total de despesas gerais e administrativas	<u>(1.240)</u>	<u>(1.882)</u>
Outras despesas e receitas operacionais	(13.907)	(48)
Total de outras receitas e despesas operacionais	<u>(13.907)</u>	<u>(48)</u>
Total de despesas gerais, administrativas e operacionais	<u><u>(15.147)</u></u>	<u><u>(1.930)</u></u>

16 Resultado Financeiro

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Renda de aplicações financeiras e cauções	1.205	1.295
Juros e variações monetárias	20	3.117
(-) Tributos s/ receitas financeiras	-	1
Total receita financeira	<u>1.225</u>	<u>4.413</u>
Juros com partes relacionadas		
Juros e encargos s/ empréstimos	(8.171)	(13.482)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	-	(13)
Juros e variações monetárias	(752)	(879)
Outras despesas financeiras	-	-
Juros e multas s/ tributos	-	-
Total receita financeira	<u>(8.923)</u>	<u>(14.374)</u>
Resultado financeiro	<u>(7.698)</u>	<u>(9.961)</u>

17 Impostos de renda e Contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registradas no resultado no exercício de 2023 são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita operacional bruta faturada de segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%, de acordo com as disposições do CPC 32. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32. No exercício de 2023 o registro foi efetuado pelo Lucro Presumido, segue a conciliação da alíquota efetiva:

	<u>31/12/2023</u>		<u>31/12/2022</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Receita operacional bruta	43.276	43.276	39.666	39.866
% de presunção	8%	12%	8%	12%
Receita Operacional Bruta – Base presumida	3.462	5.193	3.173	4.760
Receitas Financeiras	1.234	1.234	1.055	1.055
Base de cálculo	<u>4.696</u>	<u>6.427</u>	<u>4.228</u>	<u>5.815</u>
Alíquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
IRPJ / CSLL apurados	(704)	(578)	(634)	(523)
Ajuste decorrente do adicional de 10% do IRPJ	(446)		(417)	
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>(1.150)</u>	<u>(578)</u>	<u>(1.051)</u>	<u>(523)</u>
Alíquota efetiva - %	<u>2,66%</u>	<u>1,34%</u>	<u>2,65%</u>	<u>1,32%</u>

18 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados.

A administração dos riscos associados a estas operações, incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxos futuros.

18.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

18.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Aplicações financeiras	5	Nível 2		5.904		5.904
				5.904		5.904
Custo amortizado						
Bancos conta movimento	5	Nível 2	4.529	302	4.529	302
Disponibilidade da rede elétrica	6	Nível 2	4.838	4.492	4.838	4.492
			9.367	4.794	9.367	4.794
			9.367	10.698	9.367	10.698
Custo amortizado						
Fornecedores		Nível 2	2.599	2.008	2.599	2.008
Empréstimos e Financiamentos	10	Nível 2	117.723	121.240	117.723	121.240
			120.322	123.248	120.322	123.248

18.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

- Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se eles constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se eles constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

- Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

18.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem:

- derivativos;
- passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento;
- contratos de garantia financeira;
- compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e
- contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando:

- a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou

- (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

18.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado das debêntures, licenças ambientais e arrendamentos e aluguéis diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

- (i) Empréstimos e financiamentos: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

- (ii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

18.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

18.2 Gestão de riscos

A Companhia possui as seguintes políticas: Código de Conduta, Política Antissuborno e Anticorrupção, Política de Relacionamento com Terceiros e Política de Condução de Investigação Interna. Além disso, implementou comitês trimestrais de Operação, ESG e Financeiro e reuniões de Conselho também trimestrais que discutem, entre outros, os assuntos de integridade dos negócios. Os Comitês e reuniões de Conselho possuem membros da investidora Actis (grupo investidor da Companhia), com sede em Londres. Os principais riscos acompanhados estão descritos a seguir:

18.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.

18.2.2 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

18.2.3 Análise de sensibilidade

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Empréstimos e Financiamentos	IPCA	(117.723)	(5.439)	(6.799)	(8.158)	(4.079)	(2.719)
Exposição líquida	IPCA	(117.723)	(5.439)	(6.799)	(8.158)	(4.079)	(2.719)

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: IPCA entre 2,31% e 6,93% a.a.

18.2.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia estão demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Ativos da concessão (Nota 8) cujo o saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ou dos usuários da linha de transmissão pela disponibilidade da mesma.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2021, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2023					31/12/2022	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	2.598					2.598	2.008
Empréstimos	287	574	2.585	13.785	100.492	117.723	121.639
	2.885	574	2.585	13.785	100.492	120.321	123.647

18.2.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

- **Caixa e Equivalentes de caixa**

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com rating de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

18.2.6 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, ONS, etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio.

18.2.7 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o controlador pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinar as dívidas existentes.

	31/12/2023	31/12/2022
Total do Financiamento	117.723	121.239
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(4.529)	(6.206)
Dívida Líquida	113.194	115.033
Total do Patrimônio Líquido	186.887	171.392
Total do capital	300.081	286.425
Índice de alavancagem financeira - %	37,72%	40,16%

19 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

19.1 Atividades de Financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	2023				
			Efeito não caixa		
			Saldo em 31/12/2022	Efeito caixa	
Dividendos	16.764	(24.400)	-	7.636	-
Debentures, empréstimos, notas promissórias	121.239	(11.688)	8.172	-	117.723
Aumento (diminuição) de passivos financiamento	138.003	(36.088)	8.172	7.636	117.723
	2022				
	Efeito não caixa				
			Variação monetária		Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Variação monetária	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2022
Dividendos	11.379	(21.700)	-	27.085	16.764
Debentures, empréstimos, notas promissórias	128.447	(19.351)	-	12.143	121.239
Aumento (diminuição) de passivos financiamento	139.826	(41.051)	-	39.228	138.003

19.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Constituição de dividendos	5.494	16.764
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado, intangível e ativos contratuais	-	71
Total	<u>5.494</u>	<u>16.835</u>

20 Cobertura de seguros

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A avaliação de suficiência dessas apólices não faz parte do escopo dos trabalhos dos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros com renovação prevista para maio de 2024:

	<u>31/12/2023</u>		<u>31/12/2022</u>	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Ativo Imobilizado	38.658	38.658	39.832	39.832
Responsabilidade Civil	(n/a)	20.000	(n/a)	20.000
Responsabilidade Civil de Administradores (D&O)	(n/a)	20.000	(n/a)	20.000

* * *

Daniel Araque
Diretor

Marcelo Vargas
Diretor

Vicente Pinheiro de Lima
Contador CRC: nº 1 SP 290166/O-0